

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Murilo Ribeiro Morais

12111ECO050

Orientador: Wolfgang Lenk

Monografia 2

A Recuperação da Economia Alemã no Imediato Pós-Guerra (1945-1961)

UBERLÂNDIA

2024

Murilo Ribeiro Morais

Matrícula 12111ECO050

Economia Alemã Pós-Guerra

Monografia apresentada no Instituto de Economia e
Relações Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Ciências Econômicas.

BANCA EXAMINADORA:

Uberlândia, 7 de novembro de 2024

Prof. Dr. Wolfgang Lenk (Orientador)

Prof. Dr. Marcelo Sartorio Loural

Prof. Dr. Eduardo Nunes Guimarães

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2024

AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Deus pela oportunidade de estudar nesta faculdade e por me conceder a força e a sabedoria necessárias para chegar a esta etapa, minha mais profunda gratidão à Universidade Federal de Uberlândia, que, por meio do processo de transferência, transformou minha vida acadêmica, dando-me uma nova visão de mundo e de educação. Ao meu orientador Professor Wolfgang Lenk, minha sincera gratidão por aceitar a realização deste projeto. Sua orientação, paciência e vasto conhecimento acadêmico foram fundamentais para a conclusão bem-sucedida deste trabalho.

Ao coordenador Marcelo Loural, todo o apoio ao longo deste processo de transferência e o apoio que contribuiu para organizar meus semestres e possibilitar que eu completasse meus anos de estudo. Por fim, meu agradecimento a todos os professores que aprendi com os últimos dois anos. Cada um de vocês contribui para a minha formação de uma maneira única.

RESUMO

Essa monografia estuda quais fatores fizeram a recuperação econômica da Alemanha após a derrota da Segunda Guerra Mundial, o qual, o foco é Plano Marshall, Bretton Woods, ajuda econômica dos Estados Unidos, indústria do carvão e do aço, e políticas econômicas alemãs. O estudo analisa como esses fatores fizeram o “milagre econômico alemão”. A pesquisa se mostra relevante no entendimento do modelo alemão, o qual, pode ser inspiração de soluções para as atuais crises econômicas.

Palavras-Chaves: recuperação econômica; Plano Marshall; Bretton Woods; milagre econômico alemão; indústria do carvão e do aço; políticas econômicas.

ABSTRACT

This monograph examines the factors that contributed to Germany's economic recovery after its defeat in World War II, focusing on the Marshall Plan, Bretton Woods, U.S. economic aid, the coal and steel industries, and German economic policies. The study analyzes how these factors led to the "German economic miracle." This research is relevant for understanding the German model, which can serve as an inspiration for solutions to current economic crises.

Keywords: economic recovery; Marshall Plan; Bretton Woods; German economic miracle; coal and steel industries; economic policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

FMI – Fundo Monetário Internacional

URSS– União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

BIRD– Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

GATT– Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio

CIA– Agência Central de Inteligência

OECE – Organização Europeia de Cooperação Econômica

EUA- Estados Unidos da América

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa da cortina de ferro na Europa durante a Guerra Fria.....	18
FIGURA 2: Divisão da Alemanha em zonas de ocupação	25
FIGURA 3: Cidade de Berlim em 1945 após a rendição da Alemanha.....	27

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Distribuição de recursos do Plano Marshall em milhões até 1952.....	22
GRÁFICO 2: Renda nacional per capita a custo de fator-preços constantes Marco/RM/DM.....	30
GRÁFICO 3: Produção de Aço e Gusa na Alemanha em milhões de toneladas.....	37
GRÁFICO 4: Produção de Carvão em Toneladas	38

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: População, Emprego e Desemprego da Alemanha Ocidental de 1949 a 1953 (em milhões).....	28
TABELA 2: Preços e Salários	30
TABELA 3: Comércio Exterior da Alemanha Ocidental (1950-1960).....	31
TABELA 4: Taxas de crescimento do produto nacional real (per capita), 1913–2000 (taxas de crescimento anual médio por cem).....	35

Sumário

1.Introdução.....	11
2.Pós-Guerra	13
2.1 Conjuntura Econômica	13
2.2 O Sistema de Bretton Woods.....	15
2.3 Guerra fria e Plano Marshall	18
2.4 Reações da União Soviética	23
3.0 A Recuperação alemã.....	25
3.1 Conjuntura Econômica da Alemanha no Imediato Pós-guerra	27
3.2 Plano Marshall e Política Econômica alemã	32
3.3 A Indústria do Carvão e do Aço	36
4- Conclusão	38
5- Referências Bibliográficas	40

1.Introdução

Após a Primeira Guerra Mundial, a Alemanha sofreu as consequências do Tratado de Versalhes, que impôs pesadas reparações de guerra e colocou restrições severas ao país contribuindo para um clima de instabilidade econômica e política, o que, por sua vez, ajudou a ascensão do Partido Nazista e levou ao início da Segunda Guerra Mundial.

A Alemanha viu-se numa posição de dependência em relação aos países vencedores, as decisões tomadas principalmente a partir do medo de uma nova revanche alemã, muito em função do ocorrido na Primeira Guerra Mundial, ou seja, as decisões de punição não poderiam ser as mesmas do passado, além disso, a Alemanha encontrava-se então derrotada em ruínas, com infraestruturas danificadas, população com falta de alimentos e serviços básicos, sendo controlada pelos países vencedores após a rendição na segunda guerra, dividida em zonas de ocupação.

Os países europeus, tanto os que saíram vitoriosos quanto os derrotados, tiveram grandes obstáculos para reconstruir suas economias pós-guerra, com a perda de infraestrutura, escassez de recursos e necessidade de uma estabilização política, o qual, criaram um cenário ideal para a intervenção dos Estados Unidos. Por meio do Plano Marshall, bilhões de dólares foram injetados na Europa, impulsionando a recuperação econômica e ajudando a conter a propagação do comunismo.

Paralelamente, a Guerra Fria surgiu como um novo cenário geopolítico, marcado pela intensa rivalidade entre EUA e URSS. A Europa foi dividida em dois blocos, por um lado, o Ocidente, que adotava o modelo capitalista, por outro lado, o Leste, sob a influência do regime comunista.

A construção de alianças militares, como a OTAN e o Pacto de Varsóvia, acordos econômicos como Plano Marshall, Bretton Woods, criação do FMI e Banco Mundial e corrida armamentista moldaram as relações internacionais nas décadas seguintes, estabelecendo um clima de incerteza e conflito que perdurou até o final do século XX.

Nesse sentido, a Alemanha foi dividida em duas partes, influenciada pelos dois blocos ideológicos predominantes pós-guerra, por um lado, a República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental) com influência ocidental, por outro lado, a República

Democrática Alemã (Alemanha Oriental), sob influência oriental.

No entanto, a Alemanha Ocidental, sob a influência dos Estados Unidos, começou um processo de reconstrução e recuperação econômica conhecido como o "milagre econômico alemão", impulsionado por uma série de fatores, incluindo investimentos estrangeiros, reformas econômicas e políticas, educação de alta qualidade, forte ênfase na indústria e no comércio exterior, e uma mão de obra qualificada.

Para que isso ocorresse, é fundamental ressaltar o Plano Marshall, implementado em 1947, que destinou aproximadamente 13 bilhões de dólares para a reconstrução da Europa Ocidental. Também se devem destacar os acordos de Bretton Woods de 1944, que incluíram a criação do FMI e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, o futuro Banco Mundial), que apoiaram a recuperação econômica da Alemanha.

Com a reconstrução das cidades, a modernização da indústria e a estabilidade política contribuíram para o desenvolvimento econômico e social do país, de modo que a Alemanha Ocidental se tornou um importante centro industrial a partir da década de 1950, com ênfase em setores como automóveis, maquinário, químicos e eletrônicos.

Atualmente, a Alemanha é reconhecida como uma das principais economias mundiais, com uma indústria avançada, influência política significativa e uma posição de liderança na União Europeia.

Nesse sentido, o objetivo dessa monografia se apresenta em mostrar quais fatores fizeram a economia alemã se recuperar após a derrota da Segunda Guerra Mundial. A hipótese central tem como principais fatores o Plano Marshall, as instituições de Bretton Woods, a ajuda econômica dos Estados Unidos, as políticas para a Indústria do Carvão e do Aço e a política econômica alemã em geral, como definidores dos termos da recuperação econômica.

Logo, a justificativa se determina na importância do entendimento do processo do milagre econômico alemão como uma reflexão para países que estão enfrentando crises econômicas e sociais atualmente.

Portanto, essa pesquisa irá ser realizada contendo o capítulo 2 que apresenta a conjuntura econômica, o sistema de Bretton Woods, Guerra Fria e Plano Marshall. Já o capítulo 3 é dedicado a análise do processo de recuperação alemã, com foco conjuntura econômica da Alemanha no imediato pós-guerra, o papel do Plano Marshall e política econômica alemã e por fim uma análise de dados do crescimento da indústria do Carvão e do Aço, o qual, foram setores fundamentais para a reconstrução da economia alemã.

2.1 Conjuntura Econômica

O período pós-guerra (1945-1950) foi marcado por profundas transformações econômicas e políticas, com a emergência dos Estados Unidos como potência hegemônica, evidenciando um enorme contraste entre as condições econômicas dos demais países envolvidos na Segunda Guerra Mundial. Mesmo com a participação dos EUA no conflito, podemos ressaltar que, não levando em conta o ataque do exército japonês em Pearl Harbor, o qual, conseqüentemente, fez com que os EUA entrassem na guerra, o país não sofreu com destruição significativa dentro do seu território. (SAES, F. A. M.; SAES, A. M., 2013)

Por outro lado, os países europeus e asiáticos enfrentaram graves problemas econômicos e sociais, tanto pelo lado dos países perdedores, mas também os países vencedores, pois ambos sofreram com a destruição causada pelos conflitos, a escassez de alimentos e matérias-primas, de modo que, a inflação e o desemprego foram alguns dos principais desafios enfrentados por esses países. Logo após a Segunda Guerra mundial, o comércio internacional passou por barreiras consideráveis, especialmente com o protecionismo dos países em políticas comerciais e restrições à conversibilidade das moedas que prejudicavam os acordos comerciais. (SAES, F. A. M.; SAES, A. M., 2013)

De acordo com Saes, F. A. M. e Saes, A. M. (2013), o protecionismo, com suas tarifas e barreiras comerciais, diminuiu a integração de muitos países ao comércio global. Enquanto as economias europeias lutavam para se recuperar dos danos pós-guerra, o protecionismo prejudicava a importação de bens e serviços, reduzindo o crescimento econômico. Desse modo, devido à conversibilidade das moedas que eram limitadas, tornava as operações comerciais mais difíceis.

É interessante notar que, conforme os autores, o dólar americano se destacou como a única moeda com conversibilidade plena, facilitando as trocas comerciais e simplificando o comércio internacional.

Entre 1950 e 1973, a chamada "Era de Ouro do Capitalismo", foi marcada por uma notável recuperação econômica, especialmente nas nações ocidentais, caracterizada pelos Estados Unidos que promoveram diversas políticas para aumentar o crescimento

econômico, incluindo grandes investimentos em infraestrutura, avanços tecnológicos inovação tecnológica e crescimento da produção e consumo de bens. (SAES, F. A. M.; SAES, A. M., 2013)

Nesse período, houve um expressivo aumento do comércio internacional especialmente no comércio de manufaturas entre países industrializados crescendo de forma gradativa, de modo que, foi impulsionada por uma combinação de expansão econômica, pleno emprego e elevação do poder de compra da classe média gerando um padrão de vida mais alto. Esse período de prosperidade sem precedentes ajudou a definir o caminho para o desenvolvimento das economias ocidentais. (SAES, F. A. M.; SAES, A. M., 2013)

Logo, a junção de políticas econômicas bem-sucedidas com cenário internacional favorável determinou que os países ocidentais vivenciassem um crescimento acelerado e melhoria nas condições de vida da população.

O Estado de Bem-Estar Social, ou “Welfare State”, é um modelo de governo que objetiva assegurar condições dignas de vida e segurança social a todos os cidadãos. Esse modelo se mostra com a implementação de políticas públicas que garantem o acesso a serviços essenciais, por exemplo, saúde, educação, moradia e seguridade social. Essas políticas foram cruciais para a recuperação econômica e social dos países europeus, assegurando a inclusão e a proteção de indivíduos. (SAES, F. A. M.; SAES, A. M., 2013)

Na Alemanha Ocidental, a adoção de bem-estar social foi fundamental para estabilizar a sociedade e prevenir tensões sociais que poderiam gerar um cenário de desigualdade. Sendo assim, esse modelo teve um papel importante para conter o avanço do comunismo, ao garantir condições de vida digna para a população e diminuir o apelo por ideologias extremistas. A junção de políticas keynesianas e a intervenção do governo foram determinantes para criar um ambiente de segurança e prosperidade. (SAES, F. A. M.; SAES, A. M., 2013)

Portanto, esse modelo surgiu como uma solução necessária para as demandas sociais e econômicas no período pós-guerra. Ao promover a estabilidade e a coesão social, por meio de políticas que garantem direitos e serviços essenciais, contribuindo de maneira positiva para a melhoria das condições de vida.

Analisando em termos de políticas econômicas, de acordo com Saraiva (2007) podemos ressaltar a utilização de políticas keynesianas no ponto de vista de recuperação econômica, pois os governos ocidentais implementaram políticas de pleno emprego e investimento em infraestrutura, estimulando a economia e melhorando as condições de

vida, de modo que, a união de crescimento econômico e políticas de bem-estar social gerou uma classe média em expansão e em um aumento do consumo.

Portanto, o acúmulo dos Estados Unidos era de um superávit comercial de US\$ 32 bilhões entre 1946 e 1949, em contraste com os déficits significativos enfrentados pela Europa, que registrou um déficit comercial consolidado de US\$ 5,8 bilhões em 1946 e de US\$ 7,5 bilhões em 1947, conseqüentemente, essa situação evidenciou a insuficiência dos recursos do FMI para lidar com os desafios econômicos globais, levando à necessidade de reformas e ajustes nas políticas do fundo.

2.2 O Sistema de Bretton Woods

O Acordo de Bretton Woods, de acordo Saes, F. A. M. e Saes, A. M. (2013), firmado em julho de 1944, representou um marco na história econômica mundial, estabelecendo as bases para um novo sistema financeiro internacional após a Segunda Guerra Mundial, com a participação de 44 países. Sendo assim, a conferência foi realizada na cidade de Bretton Woods, New Hampshire, visava criar um sistema que promovesse a estabilidade econômica e a cooperação internacional, evitando os erros do período entre guerras que levaram à Grande Depressão instituindo novas regras para o comércio e as finanças internacionais, e consolidou a hegemonia dos Estados Unidos na economia global.

Assim, o sistema de Bretton Woods implementou um regime de câmbio fixo, no qual as moedas dos países participantes eram lastreadas pelo dólar americano, que, por sua vez, estava vinculado ao ouro. O objetivo desse arranjo era garantir a estabilidade cambial e facilitar as transações comerciais internacionais, promovendo um ambiente favorável ao crescimento econômico global. O acordo também contemplou a criação de instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, com a missão de fornecer assistência financeira e estimular o desenvolvimento nos países em desenvolvimento. (SAES, F. A. M.; SAES, A. M., 2013)

O Fundo Monetário Internacional, criado em 1944, estabeleceu um sistema monetário internacional baseado no dólar americano para fornecer assistência financeira aos países em desenvolvimento, além disso, manter o sistema monetário internacional desempenhando um papel importante na estabilização da economia internacional durante a Era de Ouro, fornecendo empréstimos para países em dificuldades de balança de pagamentos e promovendo a cooperação internacional em questões monetárias. No

entanto, o fundo tinha um montante inicial de US\$ 8,8 bilhões, que se mostrou insuficiente para lidar com os desequilíbrios externos da economia mundial no momento de sua criação. (SAES, F. A. M.; SAES, A. M., 2013)

Conforme os autores, os recursos disponíveis eram limitados em comparação com os déficits comerciais significativos enfrentados pela Europa nos anos imediatos após a guerra, por exemplo, o déficit comercial europeu foi de US\$ 5,8 bilhões em 1946 e de US\$ 7,5 bilhões em 1947, evidenciando a insuficiência do FMI para resolver esses problemas. Os Estados Unidos, entre 1946 e 1949, o país acumulou um superávit comercial de US\$ 32 bilhões, evidenciando uma disparidade significativa entre a economia americana e as economias europeias, reforçando a necessidade de um sistema mais robusto para lidar com internacionais o financiamento externo dos países deficitários.

O sistema de Bretton Woods foi determinado em taxas de câmbio fixas, ou quase fixas, de modo que cada país membro do Fundo devia estabelecer uma paridade para sua moeda e comprometer-se a mantê-la num intervalo máximo de 1% (para cima ou para abaixo) dessa paridade e declarar a paridade de suas moedas em relação ao ouro, porém apenas as moedas que fossem conversíveis em ouro assumiriam o caráter de moeda internacional. Nesse processo, apenas os EUA, em função do volume de ouro em suas reservas e sucessão de superávits externos garantiam a conversão de dólar em ouro, dessa forma, essa conversão era exclusiva entre Bancos Centrais, de modo que, os Estados Unidos estabeleceram a paridade de 1 onça de ouro igual a 35 dólares, por outro lado, os demais países membros do fundo definiriam as paridades de suas moedas em relação ao dólar e indiretamente ao ouro. (SAES, F. A. M.; SAES, A. M., 2013)

Vale ressaltar alguns casos definidos como “desequilíbrio fundamental”, o qual, o Fundo poderia autorizar desvalorizações de até 10% na paridade oficial das moedas, de modo que, desequilíbrios temporários deviam ser financiados por meio de reservas e corrigidos por outras medidas (que não o ajuste cambial), ou seja, por medidas recessivas que diminuíssem os preços internos e a demanda por importações ou atraíssem recursos externos pela elevação da taxa de juros. (SAES, F. A. M.; SAES, A. M., 2013)

Dessa forma, conforme os autores, aqueles países que apresentassem déficits, poderiam recorrer ao Fundo, com os recursos em ouro ou nas moedas dos países membros, o qual, poderiam realizar empréstimos, colocando certas condições, sendo assim, a moeda de um país poderia se tornar escassa no Fundo caso esse país fosse persistentemente superavitário, nesse sentido, o Fundo poderia autorizar a adoção de

restrições sobre as importações que os países deficitários faziam do país superavitário.

Além disso, as moedas deveriam ser conversíveis entre si para restaurar o comércio multilateral e superar os anos em que prevaleceram acordos bilaterais no comércio internacional, sendo definido um período de transição de cinco anos a partir do início do funcionamento do fundo. É por esses motivos que o montante inicial de US\$ 8,8 bilhões disponíveis ao FMI mostrou-se insuficiente, diante dos desequilíbrios externos naquele momento pós-guerra. (SAES, F. A. M.; SAES, A. M., 2013)

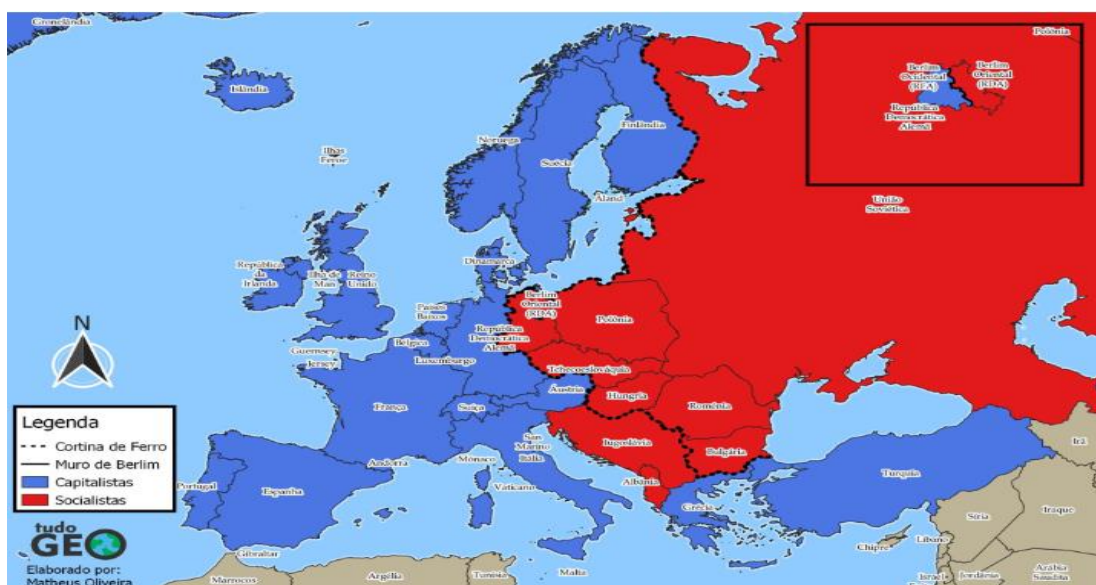
Vale ressaltar que de acordo com Saes, F. A. M. e Saes, A. M. (2013), naquele momento os Estados Unidos estavam financiando a reconstrução da Europa Ocidental, que aumentou a escassez de dólares naquele momento gerando desequilíbrios externos, por exemplo, os países que precisavam de dólares para financiar suas importações tiveram de desvalorizar suas moedas para tornar seus produtos mais competitivos no mercado internacional. Nesse cenário, surgiram duas instituições fundamentais: o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). O BIRD foi criado visando ajudar na reconstrução das economias devastadas pela guerra, além de incentivar o desenvolvimento econômico em países em desenvolvimento.

A Conferência de Bretton Woods criou um sistema de instituições para regulamentar as relações econômicas internacionais e promover a cooperação entre os países. Já o GATT surgiu em um cenário onde o comércio internacional exigia regras claras para evitar protecionismo excessivo e potencialmente conflituoso. Embora não promovia livre-comércio, mas sim estabelecia diretrizes que permitiam o protecionismo de forma transparente. A criação dessas instituições no cenário de Bretton Woods foi um esforço significativo para estabelecer uma ordem econômica global estável e colaborativa pós-guerra. Enquanto o BIRD se dedicava à reconstrução e ao desenvolvimento, o GATT buscava regular o comércio internacional. (SAES, F. A. M.; SAES, A. M., 2013)

Portanto, essas instituições lançaram as bases do sistema econômico global contemporâneo, promovendo tanto a paz quanto a prosperidade por meio da colaboração entre as nações. O Acordo de Bretton Woods foi um dos fatores para a criação de uma nova ordem econômica internacional pós-guerra, mantendo a operação entre as nações, mesmo que tenha tido algumas dificuldades, principalmente em relação à disponibilidade de dólares.

2.3-Guerra fria e Plano Marshall

Como se sabe, de acordo com Saraiva (2007), o mundo emergiu da Segunda Guerra Mundial dividido em dois blocos ideológicos e políticos opostos: por um lado, o bloco ocidental liderado pelos Estados Unidos, de modo que incluía as nações da Europa Ocidental e o Japão, promovendo o capitalismo; por outro lado, o bloco oriental, comandado pela União Soviética e seus aliados do Leste Europeu, o qual, sustentavam o comunismo/socialismo. Portanto, essa divisão marcou o início da Guerra Fria, um período de tensões políticas, econômicas e militares entre as duas superpotências, como mostra a figura abaixo.



Fonte- (OLIVEIRA, 2020)

A Guerra Fria não influenciou apenas a Europa, mas também outras regiões, com os mesmos dois blocos ideológicos com objetivo de aumentar suas esferas de influência no que ficou conhecido como o "terceiro mundo", dentre eles, países da América Latina, Ásia e África. Assim, este período foi marcado por uma série de conflitos indiretos e guerras por procuração, onde as superpotências apoiavam lados opostos em guerras locais e revoluções. (SAES, F. A. M.; SAES, A. M., 2013)

Em 1945, a União Soviética era o único país que havia estabelecido o socialismo

como forma de organização de sua economia, de modo que, após a Segunda Guerra Mundial, houve uma rápida expansão de regimes comunistas, especialmente no Leste Europeu, dentre eles, Polônia, Hungria, Tchecoslováquia, Bulgária, Romênia e Albânia adotaram estruturas econômicas baseadas na propriedade estatal e no planejamento central. (SARAIVA, 2007).

Na América Latina, de acordo com Saraiva (2007), a Revolução cubana de 1959 levou à instalação de um regime comunista liderado por Fidel Castro, que se aliou à União Soviética. Já na África e Ásia, várias guerras de independência e conflitos civis decorrentes do processo de descolonização foram influenciadas pela rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética, que apoiava diferentes facções para expandir suas influências. As revoluções em Angola, Moçambique e Vietnã são os cenários mais conhecidos dessa disputa. Nesse sentido, a polarização entre os dois blocos não se limitava apenas à oposição de dois sistemas políticos e econômicos distintos, mas também se refletia nas relações econômicas entre os países inseridos nos dois blocos.

Por um lado, analisando o contexto da União Soviética e, suas características da reinserção internacional no pós-guerra, podemos ressaltar que Stalin não reconstruiria a economia soviética na lógica da abertura comercial ao ocidente, além disso, não subordinaria as medidas de defesa do modelo da economia capitalista aderida pela Europa Ocidental. (SARAIVA, 2007).

Contudo, de acordo com Saes, F. A. M. e Saes, A. M. (2013), a crença soviética era no antagonismo nato entre o capitalismo e o socialismo e na percepção de que não adotaria uma comunidade de propósitos com capitalistas. Assim, Stalin e a liderança soviética tinham total noção das perdas humanas provocadas durante a guerra, da superioridade militar, econômica e atômica dos Estados Unidos, das dificuldades do projeto nuclear soviético, apoio os regimes comunistas da Polônia, Hungria, Romênia e Bulgária e, principalmente, o colapso da industrialização e da produção agrícola na região, que reduziu mais de 50% durante a guerra.

Nesse sentido, Stalin realizou a reconstrução do país na base de nas reparações de guerra e na política das zonas de ocupação, confundindo os formuladores de política exterior nos Estados Unidos, o qual, associavam a um projeto expansionista soviético desafiando a superioridade dos Estados Unidos no Ocidente. (SAES, F. A. M.; SAES, A. M., 2013)

A Doutrina Truman, de acordo com Saes, F. A. M. e Saes, A. M. (2013), foi proclamada pelo presidente dos Estados Unidos Harry S. Truman em 1947, sendo uma

política externa que visava conter a expansão do comunismo, o qual, se baseava na responsabilidade dos Estados Unidos apoiar países que estavam sob ameaça de subversão comunista, o qual, essa política determina que os Estados Unidos estavam ligados à segurança dessas nações, especialmente na Europa, com o comprometimento em oferecer assistência militar e econômica a esses países.

Os principais objetivos eram evitar que nações em dificuldades econômicas se tornassem vulneráveis à influência comunista, portanto, era uma questão de segurança militar e estratégia para promover a estabilidade econômica e política. A Doutrina Truman representou um marco na política externa dos Estados Unidos, estabelecendo um compromisso de contenção do comunismo que moldou as relações internacionais visando proteger seus interesses. (SAES, F. A. M.; SAES, A. M., 2013)

Logo, os EUA adotaram uma série de políticas para sustentar o crescimento econômico e ajudar na reconstrução dos países aliados, dentre elas, o Plano Marshall, que destinou bilhões de dólares para a reconstrução da Europa Ocidental, liberalização do comércio internacional e a criação de instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial e o sistema de Bretton Woods.

O Plano Marshall, de acordo com Werner e Combat (2007), oficialmente conhecido como "European Recovery Program" (Programa de Recuperação Europeia), foi uma iniciativa dos Estados Unidos, lançada em 1947, para reconstruir as economias devastadas da Europa após a Segunda Guerra Mundial sendo idealizado pelo então Secretário de Estado George Marshall, o qual, o plano visava não apenas a recuperação econômica, mas também a contenção da influência comunista na região, promovendo a estabilidade política e social.

Assim, este programa visava a recuperação econômica e forte conotação política, buscando conter a expansão do comunismo na Europa por meio de investimentos significativos em recursos financeiros, conseqüentemente, o Plano Marshall se tornou um marco na história econômica e política do pós-guerra, moldando o futuro da Europa Ocidental. As desvalorizações das moedas europeias em 1949, impulsionadas pelo Plano Marshall, foram fundamentais para aliviar a severa escassez de dólares que caracterizou o período pós-guerra. Esse movimento possibilitou uma maior circulação da moeda americana, o que viabilizou a conversibilidade das moedas europeias e assim facilitou a recuperação do comércio internacional. (SAES, F. A. M.; SAES, A. M., 2013)

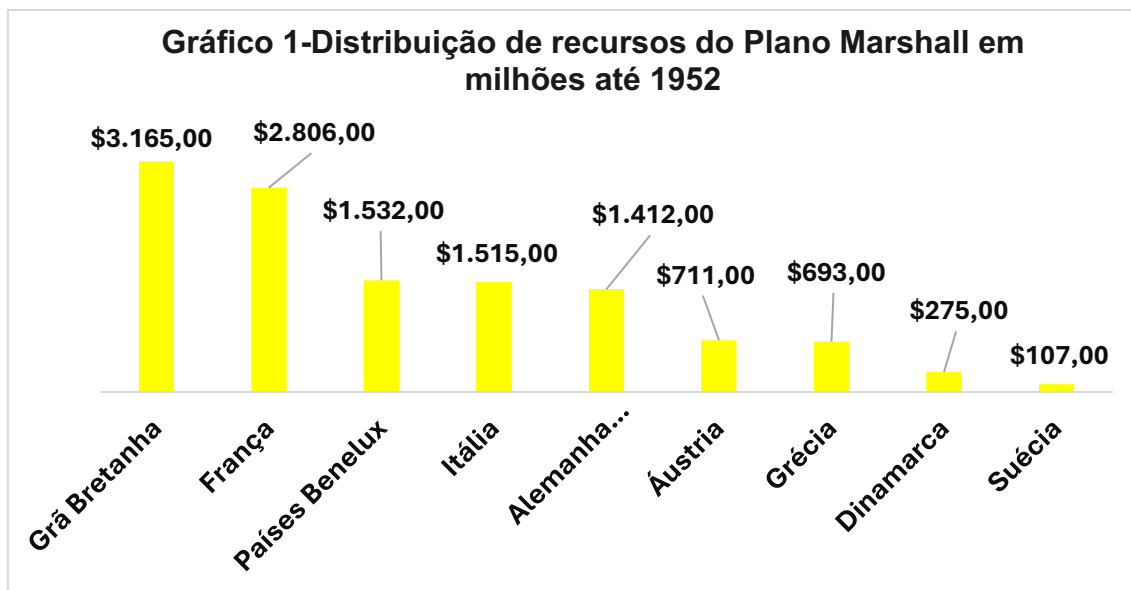
Segundo Rolfe e Burtle (1981), esse fenômeno foi descrito como um período de 'desequilíbrio benéfico', em que déficits externos dos Estados Unidos injetavam dólares

no mercado global, impulsionando a recuperação econômica europeia. Com essa recuperação gradual, os países europeus conseguiram reduzir a dependência de importações, contribuindo para a diminuição dos elevados déficits comerciais que marcaram os primeiros anos pós-guerra. Nesse sentido, o Plano Marshall, por sua vez, teve um efeito duplo de financiar a reconstrução da Europa e promover o comércio internacional com a elevação da circulação de dólares.

Outros elementos, além das desvalorizações e do Plano Marshall, ajudaram a prolongar o chamado “desequilíbrio benéfico”. A Guerra da Coreia, iniciada em 1950, gerou novos custos para os Estados Unidos, com grandes somas sendo gastas fora do país, ampliando conseqüentemente a saída de dólares. O avanço do comunismo na Ásia tornou o apoio dos EUA a nações em risco de cair no regime comunista, por exemplo, Coreia do Sul e o Japão, mais aceitável, os quais foram beneficiados diretamente pelos gastos americanos, reforçando ainda mais o sistema monetário global. (SAES, F. A. M.; SAES, A. M., 2013)

Contudo, de acordo com Saes, F. A. M. e Saes, A. M. (2013), o Plano Marshall foi concebido em um contexto de grande dificuldade econômica na Europa, onde muitos países enfrentavam escassez de alimentos, infraestrutura danificada e altos níveis de dívida, de modo que, os recursos concedidos aos países europeus eram destinados a revitalizar suas economias, permitindo que se reerguessem e se consolidassem como economias capitalistas, evitando assim a adesão ao comunismo. Essa estratégia de contenção foi fundamental para a política externa dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, refletindo a preocupação com a influência soviética na Europa.

Desse modo, como consta no gráfico 1, houve a injeção de aproximadamente 13 bilhões de dólares (equivalente a mais de 100 bilhões em valores atuais), o qual os Estados Unidos ajudaram a revitalizar a infraestrutura, a indústria e a agricultura dos países europeus, com os recursos sendo utilizados.



Fonte- KOMP (2000)

Gráfico– Elaboração própria a partir de dados de KOMP (2000)

Nesse sentido, de acordo com Werner e Combat (2007), os recursos utilizados fora para modernização de fábricas, a reconstrução de estradas e pontes, e a promoção de investimentos privados, além de incentivar a cooperação entre os países europeus, levando à formação de instituições que promoveriam a integração econômica, por exemplo, podemos citar a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE).

Portanto, essa colaboração acelerou a recuperação econômica e fortaleceu os laços políticos entre as nações ocidentais, criando um bloco unido contra a expansão soviética, além disso, podemos ressaltar o impacto social gerado pelo Plano Marshall, o qual, a ajuda financeira resultou em um aumento da renda per capita e na redução das taxas de desemprego, o que, por sua vez, tornou as propostas comunistas menos atraentes para a população. (WERNER; COMBAT, 2007).

A classe trabalhadora também se beneficiou do crescimento econômico e a estabilidade política foi reforçada, uma vez que os países europeus puderam evitar crises sociais que poderiam ser exploradas pelos partidos socialistas. Logo, o Plano Marshall foi uma resposta decisiva para os desafios enfrentados pela Europa após a Segunda Guerra Mundial ao fornecer assistência financeira e promover a cooperação entre os países europeus. Os Estados Unidos, nesse contexto, conseguiram consolidar sua influência na Europa, estabelecendo um novo modelo de desenvolvimento que se afastava do "velho modelo" eurocêntrico e promovia os valores do "American Way of Life". (WERNER;

COMBAT, 2007).

Logo, o sucesso do plano não apenas ajudou a restaurar a economia europeia, mas também estabeleceu os Estados Unidos como uma potência hegemônica no cenário global, moldando a ordem econômica internacional nas décadas seguintes, de modo que, a experiência do Plano Marshall demonstrou que a ajuda externa, quando bem estruturada e direcionada, pode ser um motor de desenvolvimento e estabilidade, assim, o legado do Plano Marshall se mantém relevante, servindo como um exemplo de como a cooperação internacional pode ser um instrumento poderoso para a paz e a prosperidade.

2.4-Reações da União Soviética

No entanto, de acordo com Saraiva (2007), frente as medidas dos Estados Unidos para a reconstrução da Europa e o aumento de sua influência capitalista durante a guerra fria, podemos ressaltar, as reações da União Soviética frente a essas políticas, o qual, realizou outras medidas para conter o avanço dessa influência capitalista.

De início, Stalin buscou uma forma de coexistência pacífica, considerando a possibilidade de receber ajuda econômica dos EUA para a reconstrução soviética, porém, vale ressaltar que, as condições impostas pelos americanos, especialmente após a divulgação da Doutrina Truman, que visava conter a expansão do comunismo, desanimaram as lideranças soviéticas e desestimularam a aceitação. (SARAIVA, 2007).

Contudo, foram adotadas algumas medidas para reduzir a influência capitalista dos EUA, por exemplo, ressalta que as políticas de reconstrução da Europa pelo Plano Marshall e a criação da OTAN, o qual, a URSS considerava como uma ameaça direta à segurança e à influência soviética na Europa e em outras regiões. Dessa forma, a União Soviética respondeu às medidas consolidando sua presença na Europa Oriental, estabelecendo regimes comunistas em países, dentre eles Polônia, Hungria e Tchecoslováquia, formando o bloco soviético. Além disso, a União Soviética reagiu à corrida armamentista promovida pelos EUA, intensificando seu próprio programa nuclear, o qual se iniciou com o teste da primeira bomba atômica soviética em 1949, o qual marcou um ponto de virada, intensificando a tensão entre as duas superpotências. (SAES, F. A. M.; SAES, A. M., 2013)

Vale lembrar alguns conflitos fora do continente europeu, eu que também havia influência dos dois países. Desse modo, a União Soviética aumentou sua influência em regiões estratégicas, dentre elas podemos citar Ásia e a América Latina, apoiando movimentos comunistas e revolucionários. Nesse sentido, a Guerra da Coreia (1950-1953) e a Guerra do Vietnã (1959-1975) evidenciaram a rivalidade, o qual, teve apoio da União Soviética na Coreia do Norte e no Vietnã do Norte, por outro lado, os EUA intervieram em apoio à Coreia do Sul e no Vietnã do Sul, deixando claro que ambos tinham condições de apoiar outros países em busca de consolidar sua ideologia econômica e social. (SAES, F. A. M.; SAES, A. M., 2013)

A Crise de Berlim em 1961, de acordo com Saraiva (2007), representou a clara divisão ideológica e política entre o Ocidente e o bloco soviético. A construção do Muro de Berlim, que separou fisicamente a Berlim Ocidental da Berlim Oriental, foi um reflexo das crescentes tensões entre as superpotências. Essa divisão foi motivada pela migração em massa de cidadãos da Alemanha Oriental para o lado Ocidental, em busca de melhores condições de vida e liberdade. Entre 1949 e 1961, aproximadamente 2,5 milhões de pessoas emigraram da Alemanha Oriental, resultando em uma perda significativa de mão de obra e talentos para o regime comunista. Essa "fuga de cérebros", foi a principal razão para o governo da Alemanha Oriental, com o apoio da União Soviética, construir um muro para conter a emigração em 13 de agosto de 1961.

A construção do muro causou grande indignação internacional, principalmente pelos Estados Unidos, que consideraram essa ação como uma violação dos direitos humanos e uma tentativa de ampliar a influência soviética na Europa. Contudo, isso levou a confrontos entre as forças ocidentais e orientadas, porém não evoluiu para um conflito militar, uma vez que os Estados Unidos ameaçaram um ataque nuclear à URSS no caso da anexação de Berlim Ocidental pelas forças do Pacto de Varsóvia. O Muro de Berlim rapidamente se transformou em um símbolo da opressão e da luta pela liberdade, permanecendo até 1989, quando sua queda marcou o início da reunificação da Alemanha. Ainda assim, a crise de 1961 se mantém como um marco das tensões ideológicas que moldaram aquela época. (SARAIVA, 2007).

Como resposta à crise de Berlim, a URSS acelerou a corrida armamentista e posicionou armas nucleares em Cuba, o que resultou na “crise dos mísseis” de 1962. Apesar da solução pacífica do conflito pelos governos Khrushchev e Kennedy, a URSS manteve a presença política em Cuba, desafiando a hegemonia dos EUA na América Latina a partir de então. Ficou claro que a União Soviética estava disposta a confrontar

os EUA em questões de segurança estratégica, depois que tinha sido obrigada a recuar diante da ameaça americana de usar armas nucleares durante a crise de Berlim.

Dentre as medidas, podemos destacar a repressão a movimentos de oposição e a implementação de economias centralmente planejadas, além disso, a formação do “Cominform” (1947), que agrupava os países da Europa Oriental, aliados da URSS, foi uma resposta à crescente influência dos EUA e da atuação da CIA na Europa Ocidental sendo um reflexo da divisão do continente e do início da Guerra Fria, que se tornaria uma característica central da política mundial até a década de 1980. (SAES, F. A. M.; SAES, A. M., 2013)

3-A Recuperação Alemã

O momento pós-guerra na Alemanha, de acordo com Willoughby (2011), foi marcado pela ocupação aliada, a qual os EUA e a URSS implementaram políticas rigorosas para impedir uma futura ameaça militar alemã. Portanto, a ocupação aliada se determinou na divisão da Alemanha em zonas de ocupação, de modo que era controlada pelas potências aliadas, dentre elas, Estados Unidos, URSS, Reino Unido e França, como mostra a imagem abaixo.



Fonte- (BRANDÃO, S.D)

Diferente da política adotada após a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial, quando a Alemanha foi severamente punida e considerada como a única culpada pelo

início da guerra, em 1945 as potências vencedoras buscaram uma paz que não resultasse em nova revanche alemã.

Tal política teve inicialmente quatro diretrizes principais, os “4Ds”: descartelização, desmilitarização, desnazificação e democratização. Os objetivos eram: dismantelar os conglomerados indústrias para realizar uma economia com menor concentração de poder; eliminação da capacidade militar da Alemanha para evitar uma nova máquina de guerra (com a destruição de fábricas de armamentos e redução do tamanho das forças armadas); erradicação da ideologia nazista da sociedade alemã com a remoção dos líderes nazistas em posições de poder; por fim, promover um governo democrático na Alemanha com instituições políticas e eleições livres. (WILLOUGHBY, 2011).

Na elaboração dessa política para a Alemanha, podemos destacar o trabalho realizado nas Conferências de Yalta e Potsdam, com protagonismo dos chefes de Estado dos EUA (F. D. Roosevelt, depois Harry Truman), Reino Unido (W. Churchill, depois Clement Attlee) e da URSS (Josef Stalin). A divisão da Alemanha em zonas de ocupação, como já foi descrito, foi decidida em Potsdam. Além disso, podemos citar a Diretiva JCS 1067 (1945), a qual determinou a Política de Controle”, a qual, os Estados Unidos determinaram que a Alemanha deveria ser desmilitarizada e desnazificada para evitar uma nova ameaça mundial. Por fim, as reparações de guerra, as quais a Alemanha deveria pagar em bens e recursos, utilizando a produção e mão de obra alemã para compensar os danos durante a guerra. (WILLOUGHBY, 2011).

Após essas decisões de zonas de ocupação, de acordo com Willoughby (2011), podemos ressaltar a criação da RFA e RDA no ano de 1949, o qual, dividiram a Alemanha, de um lado a República Federal da Alemanha controlada pelos EUA, Reino Unido e França tendo um sistema capitalista, por outro lado, a República Democrática Alemã, sob controle da URSS e com regime socialista. Dessa forma, o momento pós-guerra dentro da Alemanha foi uma situação catastrófica para a população, os danos se mostraram em cidades destruídas, infraestrutura danificada e falta de pessoal qualificado. Com isso, as consequências eram falta de suprimentos, fome, falta de recursos, desemprego e economia desarticulada. A imagem abaixo mostra a cidade de Berlim em 1945 após a rendição da Alemanha.



Fonte- (BARCELLOS, 2021)

Por outro lado, vale ressaltar que mesmo com esse momento crítico, o país ainda tinha uma indústria considerável, o que se mostrou como um dos principais fatores para a reconstrução da economia alemã, desse modo, podemos destacar que o conceito de “hora zero” se mostrou como uma nova jornada para Alemanha, o qual, colocou uma barreira no seu passado e iniciou o processo de reconstrução, junto a isso, a cooperação dos países aliados que implantaram políticas de livre mercado permitindo a volta da Alemanha na comunidade internacional. (WILLOUGHBY, 2011).

Nesse sentido, é notório que a RFA se submeteu aos interesses dos EUA, o qual, estavam naquele momento influenciando boa parte da Europa contra os interesses da URSS, mesmo assim, as estratégias dos americanos se mostraram benéficas para a economia alemã do lado ocidental, o qual, conseguiu se concentrar na recuperação econômica.

Contudo, os acordos realizados no pós-guerra foram determinantes para o retorno das atividades econômicas da Alemanha, resultando posteriormente no “Milagre Econômico Alemão”, em função de fatores de ajuda externa, restauração da infraestrutura e principalmente pela resiliência dos alemães, no sentido de redefinir a sua identidade nacional na Europa e moldar o futuro do país.

3.1-Conjuntura econômica da Alemanha no imediato pós-guerra

Para uma análise mais aprofundada da conjuntura econômica da Alemanha no período pós-guerra, serão analisados dados como taxa de emprego e desemprego, renda per capita e, por fim, comércio exterior, destacando exportações, importações e balanço de pagamentos. A análise desses dados é crucial para entender os desafios que a Alemanha Ocidental enfrentou e as bases estabelecidas para a recuperação futura.

Analisando a população, emprego e taxa de desemprego no período pós-guerra, de acordo com Bessel (2009), a Alemanha estava em situação grave no mercado de trabalho em função da questão demográfica e pela falta de mão de obra saudável, o qual a população da Alemanha aumentou em aproximadamente 4,3% durante 1949 a 1953 como mostra a tabela 1, principalmente em função de muitos alemães que haviam fugido retornaram ao país e também ao elevado número de imigrantes italianos e turcos nesse período, o desafio de reinserção dessa força de trabalho se mostrou grave.

Dessa forma, a tabela 1 abaixo apresenta a população, emprego e desemprego da Alemanha Ocidental durante 1949 e 1953.

Ano	População (Incluindo Berlim Ocidental)	Empregados	Desempregados
1949	49.198	13.489	1.283
1950	49.989	13.827	1.580
1951	50.528	14.556	1.432
1952	50.859	15.291	1.383
1953	51.350	15.888	1.258

Fonte: Stopler e Roskamp, 1979, p. 379.

Tabela: Elaboração Própria

No entanto, o setor industrial da Alemanha começou a se recuperar rapidamente, mesmo que inicialmente os obstáculos como a falta de matéria-prima, infraestruturas danificadas e falta de mão de obra, as fábricas como a Volkswagen e a Ford alemã conseguiram manter grande parte de seus maquinários intactos e, em 1948, já estavam em plena produção, o qual a Volkswagen preservou 91% de seu maquinário, e a Ford sofreu poucos danos. (JUDT, 2008).

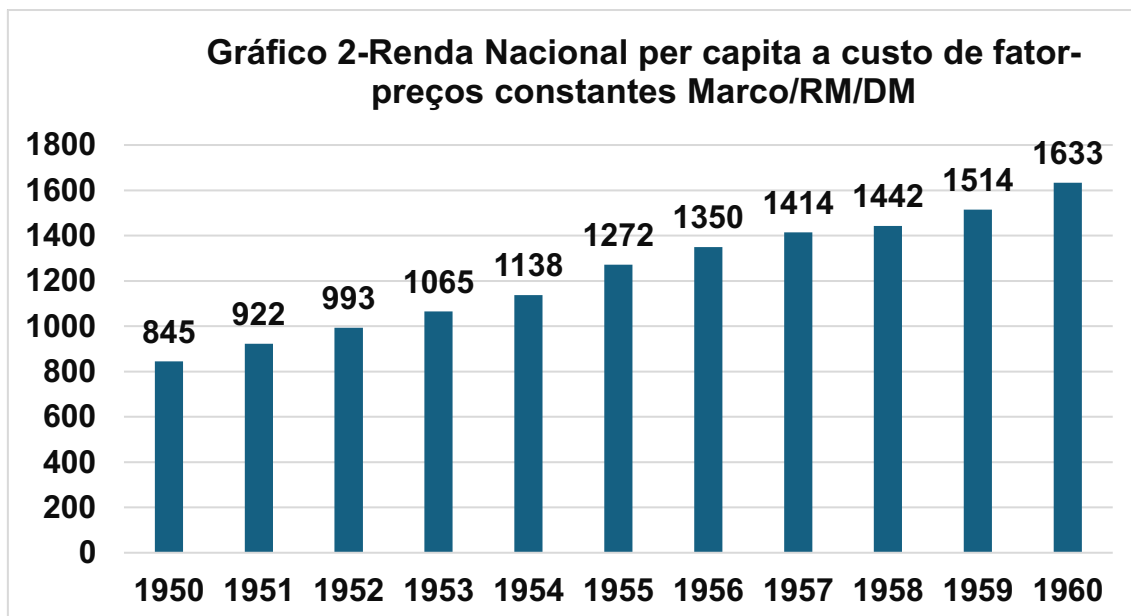
Esse processo de revitalização industrial gerou um aumento significativo no número de empregados, mesmo com os obstáculos enfrentados, de modo que, a recuperação da indústria se mostrou crucial para a superação da crise inicial e no crescimento do número de trabalhadores empregados na Alemanha Ocidental como foi evidenciado na tabela 1 com o aumento do número de empregados. (JUDT, 2008).

A reforma monetária se mostrou fundamental no contexto da conjuntura econômica, sendo realizada em junho de 1948 para estabilizar a economia alemã, que enfrentava problemas como o excesso de moeda em circulação e alta dívida pública. Com a introdução de uma nova moeda, o Deutschemark (DM) substituiu o Reichsmark (RM) para controlar a inflação, fortalecer o sistema bancário, estabilizar o mercado financeiro e lidar com a dívida pública. (DALLA'ACQUA, 1990).

Em relação às taxas de conversão, dependem segundo a categoria da entidade. De início, para pessoas físicas, a conversão foi de 10 RM para 10 DM, com limite estabelecido de 60 RM por indivíduo, já no caso de moedas em espécie, a taxa foi de 10 RM para 1 DM, portanto, inicialmente, apenas 50% dos valores superiores a 60 RM foram desbloqueados, com o restante transferido para contas bloqueadas, em seguida, 70% dos valores bloqueados foram cancelados, 20% foram liberados e os 10% restantes ficaram acessíveis a longo prazo. Logo, a taxa de conversão efetiva foi de aproximadamente 15 RM para 1 DM para os valores que excediam 60 RM. (DALLA'ACQUA, 1990).

Em empresas, a conversão de 10 RM para 10 DM até o limite de 60 DM por empregado, de modo que, acima desse limite, a taxa de 10 RM para 1 DM foi realizada para cumprir obrigações contratuais entre credores e devedores. Em seguida, os bancos e associações de crédito, a conversão para "contas de conversão" foi de 10 RM para 1 DM com a oportunidade de reestruturar seus balanços por meio de fundos de equalização para continuar operando, oferecendo empréstimos a juros baixos e recebendo uma pequena parcela de novos títulos públicos. Logo, os depósitos de agências governamentais e bancos comerciais em bancos centrais e interbancários foram anulados para evitar perdas maiores no processo. (DALLA'ACQUA, 1990).

Segundo Stopler e Roskamp (1979), com a reforma monetária, de fato houve a redução da quantidade de moeda em circulação, a qual as cifras chegaram a 94,5% de redução dos encaixes monetários. Além disso, com a abolição dos regimes de preços e salários herdados do sistema nazista, naturalmente houve um aumento no índice de preços e salários.



Fonte- Stolper e Roskamp, 1979, p. 375.

Gráfico- Elaboração Própria

Conforme os autores, a Alemanha nunca havia experimentado um padrão de vida tão elevado quanto o alcançado na década de 1950, pois a elevação da renda per capita mostrada no gráfico 2 influenciou diretamente aos preços e salários. Por outro lado, mesmo que houve o aumento do custo de vida, os salários subiram de forma similar, como mostra a tabela 2. (STOLPER; ROSKAMP, 1979).

Tabela 2- Preços e Salários

Ano	Preços do Produtor	Preços de Construção	Custo de Vida	Taxas de salário por hora
1949	103	104.7	106.7	93.3
1950	100	100.0	100.0	100.0
1951	119	115.6	107.8	115.0
1952	121	123.3	110.0	124.0
1953	118	119.1	108.1	130.0
1954	116	119.7	108.2	133.0
1955	119	126.2	110.0	142.0
1956	121	129.6	112.9	156.0
1957	124	134.2	115.2	170.0
1958	125	138.3	117.7	182.0
1959	124	145.6	118.8	191.8
1960	126	156.6	120.5	209.6

Fonte- Stolper e Roskamp, 1979, p. 394

Tabela-Elaboração Própria

Em seguida, vale ressaltar o comércio exterior da Alemanha durante o período de recuperação econômica, com a sua importância em relação ao comércio internacional. A tabela 3 abaixo mostra as exportações, importações e o balanço de pagamentos no período.

Tabela 3- Comércio Exterior da Alemanha Ocidental (1950-1960)			
Ano	Exportações (f.o.b)	Importações (f.o.b)	Balanço de Pagamentos
1950	8.356	10.670	-200
1951	14.577	13.084	2.428
1952	16.894	14.732	2.505
1953	18.477	14.848	3.843
1954	21.938	18.046	3.234
1955	25.580	22.339	1.755
1956	30.712	25.079	4.537
1957	35.831	28.509	3.442
1958	36.849	29.380	3.673
1959	41.025	33.141	-2.008
1960	47.849	39.574	6.492

Fonte- Stolper e Roskamp, 1979, p. 398

Tabela- Elaboração Própria

Conforme a tabela 3 acima, em 1950, as exportações estavam em 8.356 milhões de marcos, já em 1960 aumentou para 47.849 milhões, ou seja, crescimento de aproximadamente 473% em apenas uma década, evidenciando a acelerada recuperação da capacidade industrial, competitividade da economia alemã e forte participação no comércio internacional.

Já as importações registraram crescimento ao longo desse período, de 10.670 milhões em 1950 para 39.574 milhões em 1960, resultando na balança de pagamentos, a qual mede a diferença entre as exportações e as importações. Dessa forma, em 1950, a balança de pagamentos era negativa em 200 milhões de marcos, mas a Alemanha reverteu fechando 1960 com um saldo positivo de 6.492 milhões, por outro lado, a partir de 1959, houve uma leve reversão com um déficit de 2.008 milhões, mas superado em 1960, sugerindo um ajuste de curto prazo nas relações comerciais.

Logo, os dados de comércio exterior da Alemanha Ocidental, mostram a importância de sua reinserção no cenário internacional, tanto como fornecedora de matérias-primas, como o carvão e o aço, quanto como consumidora de produtos

industrializados, mostrando sua importância para o equilíbrio econômico e político da Europa.

3.2-Plano Marshall e Política Econômica Alemã

No ano de 1948, conforme Knapp (1981), a Alemanha Ocidental se beneficiava do Plano Marshall, sendo um dos destaques na Europa desse plano de reconstrução, de modo que se mostrou como foco central desse plano em função da sua importância econômica no continente europeu.

Nesse período, o sistema de Bretton Woods se mostrou insuficiente para impulsionar a recuperação econômica europeia, pois mesmo visando oferecer liquidez e estabilidade, suas instituições multilaterais como o FMI, BIRD e o Banco Mundial não foram capazes de resolver o financiamento de economias deficitárias, em função da dependência dos interesses estratégicos dos EUA. Logo, o Plano Marshall, liderado pelos EUA, foi necessário para revitalizar as economias europeias e aumentar o poder militar americano no continente europeu, de modo que canalizou investimentos em áreas de interesse estratégico.

Dessa forma, a Alemanha Ocidental durante os anos de 1948 a 1952, recebeu aproximadamente 1,4 bilhões de dólares como foi mostrado no gráfico 1 e, além disso, beneficiando o saldo de balanço de pagamentos no comércio exterior evidenciados na Tabela 2, com objetivo de reconstruir a infraestrutura, modernizar a indústria e estabilizar a moeda, o qual, se mostraram posteriormente determinantes para aumentar os setores de carvão e de aço que eram um dos pilares da economia alemã. (KNAPP, 1981).

Nesse sentido, analisando a política econômica alemã, podemos citar Gilpin, (2001), o qual, ressalta que a Alemanha possui um modelo em ênfase nas exportações, poupança e investimento mais que consumo, o qual, a população não estava em condições de alto consumo da produção industrial naquele momento em função do momento pós-guerra. Assim, o Estado alemão promoveu um ambiente estável de negócios, através de leis altamente desenvolvidas para gerar um ambiente mais favorável de investimentos, além disso o autor destaca o modelo alemão como o capitalismo de bem-estar social que determina cooperação entre capital, sindicatos e governo.

Contudo, analisando esse contexto, vale ressaltar que a cooperação entre governo, sindicatos e o setor empresarial foi crucial nesse modelo, gerando um “capitalismo de bem-estar-social” garantindo um ambiente de negócios estável e previsível. Além disso,

o autor destaca a importância das alianças entre empresas junto a relação forte aos bancos permitindo um robusto ambiente de negócios, dentre eles, podemos citar a Lei da Co-Gestão, o qual, promove a participação igualitária de empregos e gerentes nas diretorias se mostrando como um exemplo de cooperação. Logo, essa cooperação mencionada por Gilpin (2001), determinou o aumento da produtividade e um equilíbrio entre interesses de capital e trabalho.

Em seguida, de acordo com Herzog (2009), podemos ressaltar a ESM, ou seja, Economia Social de Mercado, implementada em 1949, sendo considerada como um marco da política econômica alemã buscando equilibrar liberdade de mercado e responsabilidade social gerando um sistema econômico que favorecia a concorrência e, ao mesmo tempo, proteção social.

Nesse contexto, o ministro da Economia Ludwig Erhard, defendia essa política visando aumentar o crescimento econômico e proteger os cidadãos mais vulneráveis, desse modo, podemos ressaltar que as principais características da ESM se determinam na liberdade de mercado, o qual, havia iniciativa privada e a concorrência, fazendo que com o mercado pudesse determinar preços e produção, intervenção do Estado onde o governo corrigia falhas de mercado para garantir segurança social, dentre eles, saúde, educação e previdência, por fim, estabilidade monetária com a reforma do marco alemão (Deutsche Mark) em 1948 ajudou a controlar a inflação e estabilizar a economia. (HERZOG, 2009)

Desse modo, analisando a Alemanha Ocidental e suas influências externas, podemos ressaltar que a parceria com os Estados Unidos foram fundamentais para esse processo de recuperação, de modo que, os EUA entendiam que a Alemanha era um “bastião” contra a expansão soviética, o qual, com assistência militar e econômica, possuindo tropas dentro do território alemão, gerou uma estabilidade na zona ocidental, consolidando como um aliado estratégico. (HERZOG, 2009)

Além disso, de acordo com Osório (2010) a política econômica adotada na Alemanha Ocidental foi baseada no modelo ordoliberal, o qual, defendia a liberdade de mercado dentro de um quadro regulatório sendo essencial para criar um ambiente propício ao crescimento econômico, de modo que, a Alemanha se recuperasse rapidamente, com destaque na concorrência e na prevenção de monopólios ajudou a fomentar um mercado dinâmico e inovador.

Contudo, vale ressaltar a integração da Alemanha na economia europeia com a participação em duas instituições, o qual, ajudaram a reerguer a política externa da

Alemanha, por exemplo, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que sucedeu à Organização Europeia de Cooperação Econômica (Oece) criada em 1948, o qual coordenou a ajuda norte-americana para os países da Europa devastados pela guerra, e a partir de 1949, a Alemanha Ocidental começou a receber importantes recursos que ajudaram no seu processo de recuperação econômica. (SARAIVA, 2007)

Em 1960, com a transformação em OCDE e a inclusão dos Estados Unidos e do Canadá, a organização consolidou-se como um mecanismo vital para o financiamento de projetos de desenvolvimento, promovendo a cooperação entre os países. Naquele momento, emergiu uma nova mentalidade na Europa, que rejeitava o nacionalismo econômico exacerbado do período antes da Segunda Guerra Mundial e estabelecendo uma visão coletiva voltada para o crescimento global e políticas nacionais mais cautelosas, reconhecendo a fragilidade dos Estados após o conflito redesenhando uma nova Europa, com maior cooperação e integração. (SARAIVA, 2007)

Além disso, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), oficialmente criada em 1952, formada por diversas instituições, dentre elas, a Alta Autoridade, Assembleia Comum, Conselho Especial de Ministros e o Tribunal, tinha como objetivo a organização e unificação do mercado de carvão e aço entre os países signatários, removendo barreiras alfandegárias e promovendo uma produção competitiva e eficiente. (JUDT, 2008)

Para a Alemanha Ocidental, representou uma oportunidade crucial de reintegração ao cenário internacional ajudando a unir a produção de carvão e aço entre os países membros e eliminar barreiras alfandegárias, favorecendo o aumento da indústria alemã e permitindo à Alemanha Ocidental reestabelecer relações diplomáticas com outras nações, por exemplo, o Tratado de Paris, o qual criou a CECA e determinou reaproximação franco-alemã lançando as bases para a formação de outras instituições como a Europa dos Seis e a Euratom. (JUDT, 2008)

Nesse contexto, os interesses da Alemanha Ocidental eram em se distanciar da influência soviética e consolidar sua posição na Europa Ocidental, aliados com os Estados Unidos e outros países democráticos principalmente sob a liberalização comercial, o qual o objetivo era obter crescimento econômico e a recuperação após os anos de isolamento e dificuldades econômicas.

Por outro lado, os desafios da Alemanha Ocidental eram em reconstruir sua economia em um contexto de divisão política e ideológica com a necessidade de se afirmar como um estado soberano e próspero, junto a isso, lidar com as consequências da

guerra e a divisão do país. Além disso, dentro do contexto da integração econômica, ficou evidente a dependência de acordos com potências ocidentais, o qual consequentemente limitava sua autonomia em questões de política externa e econômica.

Tabela 4-Taxas de Crescimento do Produto Nacional Real (per capita), 1913–2000 (taxas de crescimento anual médio por cem)				
Country	1913–1950	1950–1965	1965–1980	1980–2000
Germany	0,4	5,6	3,9	1,8
USA	1,7	2	2,3	2,8
Great Britain	1,3	2,3	2	2,3
France	0,7	3,7	4,1	2,3
Sweden	1,6	2,6	2,2	1,9

Dessa forma, com os resultados econômicos da Alemanha Ocidental evidenciados anteriormente, surgiu o Milagre Econômico Alemão, conhecido como "Wirtschaftswunder", determinado pelo acelerado crescimento econômico da Alemanha Ocidental consolidada na década de 1950 em função da união de fatores políticos, sociais e econômicos que transformaram o país em uma das principais potências econômicas da Europa.

Dentre as causas podemos citar a Economia Social de Mercado (ESM) em 1949 citada anteriormente, a reforma monetária de 1948 com a introdução do Deutsche Mark e a abolição do controle de preços, o Plano Marshall, que permitiu a reconstrução da indústria e da infraestrutura e aumentando a cooperação econômica da Europa, mão de obra qualificada da Alemanha ocidental sendo essencial para a recuperação da indústria, por exemplo, educação e formação profissional para maior efetividade da indústria. (HERZOG, 2009)

Além disso, a integração europeia apresentou um dos principais motores desse sucesso econômico evidenciados na Tabela 4, de modo que, mesmo com esse milagre econômico sendo bem-sucedido, por outro lado, esse período mostrou a dependência da ajuda externa e tensões entre a Alemanha Ocidental e Oriental, ocasionando divergências ideológicas dentro do país. A tabela 4 evidencia a taxa de crescimento nacional real (per capita) entre 1913 e 2000.

Fonte: ABELSHAUSER, 2011, p. 301

Tabela: Elaboração Própria

Nesse sentido, a Tabela 4 mostra um notório aumento entre 1950 e 1965 da Alemanha Ocidental, com uma taxa anual média de 5,6% do produto nacional real per capita sendo a mais alta entre os países destacados, de modo que foi maior que os Estados Unidos (2,0%), a Grã-Bretanha (2,3%), a França (3,7%) e a Suécia (2,6%). Logo, esse crescimento se deve à união de políticas realizadas dentro e fora do país mencionadas anteriormente, o qual, conseqüentemente, criaram uma base econômica robusta e estável para o país.

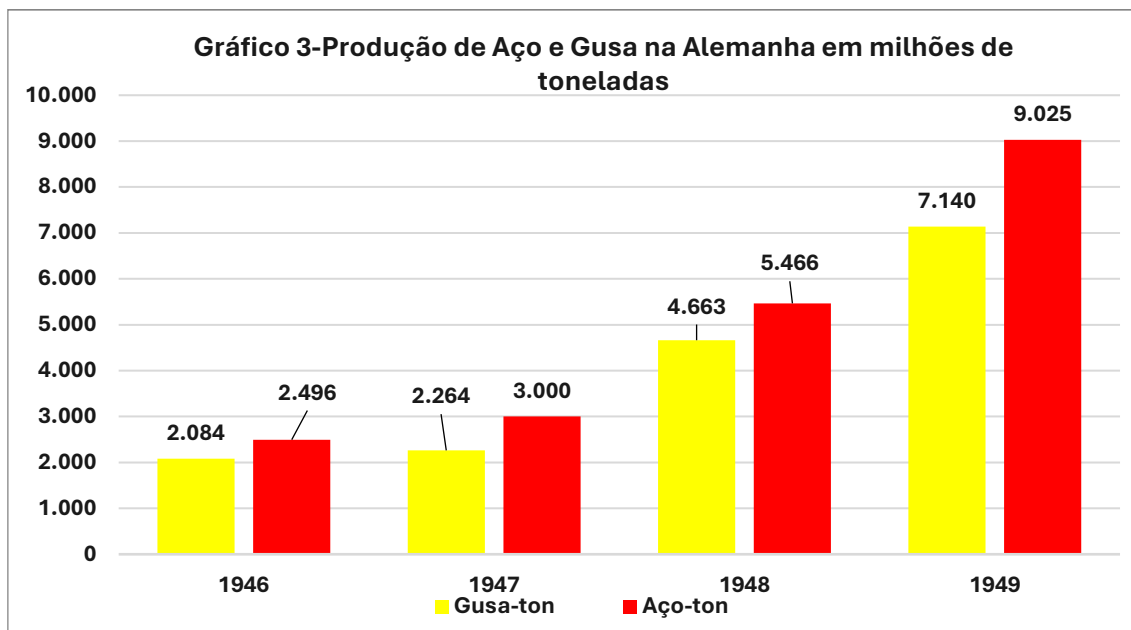
3.3-A indústria do Carvão e do Aço

Em relação à indústria de carvão, aço e gusa, conforme Balabkins (1964), tiveram um papel crucial na economia alemã pós-guerra, de modo que desempenharam um papel crucial na reconstrução do país após o conflito. Nesse sentido, no momento pós-guerra, a Alemanha estava em uma situação de devastação industrial, sem condições de produção industrial, dentre elas destacam-se as principais regiões produtivas, como o Vale do Ruhr, o qual estavam amplamente danificadas.

Nesse contexto, a Alemanha sofreu com diversos desafios para reerguer a indústria nacional, o qual, era necessária para a retomada da economia, dessa forma, dentre os desafios enfrentados, podemos citar a destruição física, onde muitas fábricas de aço e instalações de mineração foram destruídas ou danificadas, gerando uma alta diminuição na produção, por exemplo, a capacidade de produção de aço, que foi reduzida a níveis alarmantes naquele momento. (BALABKINS, 1964).

Além disso, a falta de matérias-primas, como o carvão que era componente crucial para a produção de aço e geração de energia, de modo que, a ocupação aliada resultou em confiscos de estoques de carvão, gerando ainda mais dificuldades, dessa forma, com a falta de investimentos junto a necessidade de reconstruir a infraestrutura de mineração, conseqüentemente, tornaram-se desafios centrais para a recuperação do setor. (BALABKINS, 1964).

Dessa forma, o gráfico 3 mostra as produções de gusa e de aço nos primeiros anos pós-guerra, evidenciando o aumento da produção em milhões de toneladas, servindo de comparação com os anos anteriores e evidenciando um aumento significativo.



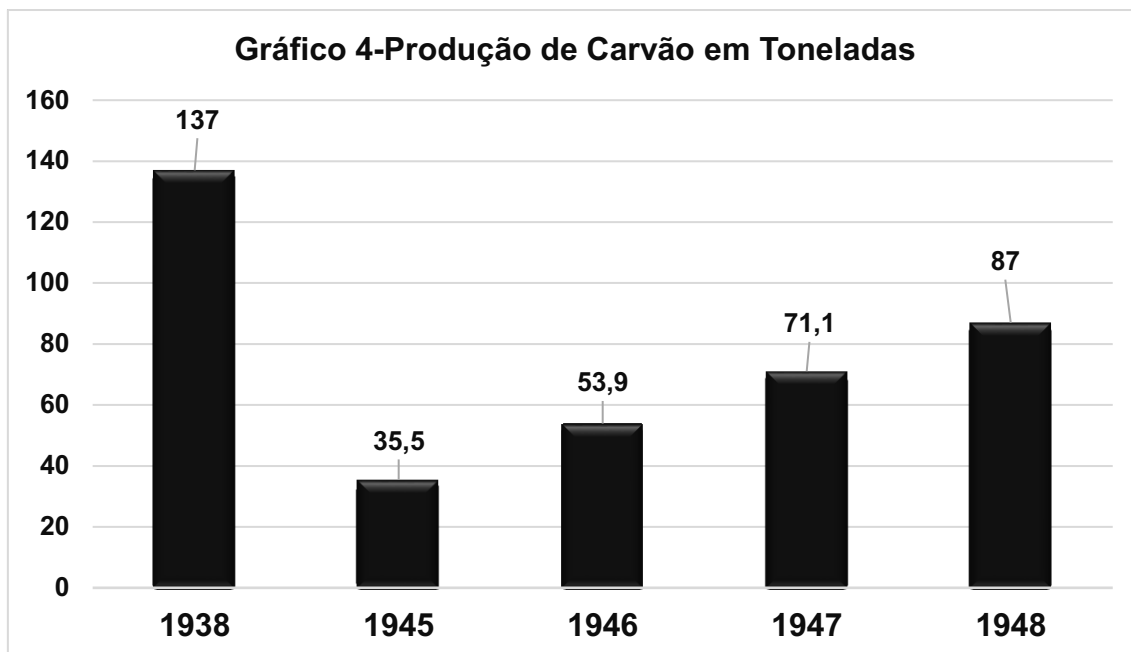
Fonte- BALABKINS, N. Germany Under Direct Controls: Economic aspects of industrial disarmament, 1945 – 1948. 1964. p. 134

Gráfico- Elaboração Própria

Em contrapartida, destacando o início da recuperação a indústria alemã, Herzog, (2009), determina que com o entendimento dos países aliados em mudar a estratégia em relação à produção industrial, podemos ressaltar que, a partir de 1948, com a introdução de reformas econômicas e a criação da Economia Social de Mercado, a Alemanha iniciou o processo de recuperação, entendendo que seria fundamental revitalizar a indústria de carvão e aço.

Nesse sentido, no processo de recuperação da indústria alemã, é notório o exemplo de transformação estrutural, de modo que, foi influenciado por alguns fatores, dentre eles, políticas econômicas estratégicas, apoio internacional e capacidade de adaptação do setor industrial, sendo fundamentais esses fatores para enfim reerguer a indústria e fazer a Alemanha Ocidental como uma potência na Europa. (HEROZOG, 2009).

Nesse sentido, de acordo com Keohane (1984), o valo do Ruhr, se mostra como um exemplo, pois se tornou o um centro industrial crucial, com as produções de aço e gusa sendo revitalizadas, além disso, a reabertura das minas e a volta da ativação das fábricas foram acompanhadas por mão de obra e força de trabalho qualificada sendo cruciais para a reconstrução do país mesmo com dificuldades, o qual, a Alemanha estava naquele momento, o gráfico 4 a seguir mostra o aumento de produção de carvão em toneladas.



Fonte- Dados retirados do livro *Germany Under Direct Controls*, Balabkins, Nicholas, 1964, p. 112.

Gráfico-Elaboração própria

A recuperação industrial foi realizada por estratégias que reorganizaram os setores essenciais, como o de carvão, aço e gusa, proporcionando um ambiente favorável para o crescimento. A partir de 1947, as políticas adotadas evidenciadas anteriormente desempenharam um papel crucial, o qual o país se reposicionou no mercado internacional.

Portanto, a Alemanha Ocidental aproveitou das condições favoráveis geradas pela nova ordem industrial e apoio externo, utilizando integração de força de trabalho qualificada e suporte institucional se tornando o principal centro da produção industrial europeia, assegurando sua competitividade e capacidade de adaptação às novas demandas do mercado.

Conclusão

Logo, a análise da economia alemã pós-guerra, é um processo complexo no contexto de recuperação econômica gerando o Milagre econômico em pouco tempo, levando em consideração os enormes desafios de destruição das cidades, crise social com a população empobrecida, escassez de recursos, domínio dos países vencedores e a divisão do país em dois blocos ideológicos.

Vale ressaltar que o Plano Marshall foi determinante para a recuperação da Alemanha Ocidental, o qual, o programa de ajuda econômica dos Estados Unidos tinha

como objetivo recuperar as economias europeias e restringir o aumento do comunismo na Europa Ocidental.

Dessa forma, a Alemanha Ocidental foi um dos destaques desse plano, de modo que, recebeu investimentos importantes que melhoraram a modernização da indústria e revitalização da economia, reconstruindo a confiança social e aumentando a produção da indústria de carvão, aço e gusa, conseqüentemente gerou um crescimento econômico.

Por outro lado, podemos ressaltar que nesse processo de recuperação econômica a Alemanha evidenciou a dependência de ajuda externa para esse processo, principalmente dos EUA, gerando tensões políticas internas principalmente com o lado oriental, o qual, mostrou desigualdades sociais e econômicos mostrando um desafio para os alemães, de modo que, de um lado estavam desfrutando do Milagre Econômico, do outro estavam enfrentando dificuldades.

Contudo, vale ressaltar o sucesso da ESM e a capacidade da Alemanha em se reerguer de forma acelerada mostrando resiliência, e a sua maneira de se posicionar na integração europeia, o qual, naquele momento a integração europeia não foi importante apenas para a Alemanha Ocidental, e sim, para todos os países que estavam no processo de reconstrução, junto as políticas econômicas influenciadas pelos EUA.

Logo, a experiência alemã mostra-se como um exemplo a outros países que buscam uma determinada reconstrução econômica em contextos de crises e pós-guerra, de modo que, a Alemanha mostrou a importância de equilíbrio de políticas de mercado, proteção social, cooperação internacional.

Referências Bibliográficas

ABELSHAUSER, Werner. Deutsche Wirtschaftsgeschichte. 2. ed. Munich: Beck, 2011, p. 301

BALABKINS, N. “Germany Under Direct Controls: Economic aspects of industrial disarmament, 1945 – 1948”, 1964

BARCELLOS, Alice. Berlim em 1945. Disponível em: <https://viagens.sapo.pt/viajar/viajar-mundo/artigos/dez-cidades-que-foram-destruidas-e-reconstruidas-lisboa-faz-parte-da-lista>. Publicado em: 23 maio 2021. Acesso em: 16 set. 2024.

BESSEL, Richard. **Alemanha, 1945**. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRANDÃO, Marcos Bau. Pós-Segunda Guerra Mundial: Divisão da Alemanha e Berlim em zonas de ocupação. Disponível em: <https://marcosbau.com.br/geopolitica/conferencias-de-teera-valta-e-posdam/>. Acesso em: 16 set. 2024.

DALL’ACQUA, Fernando M. A reforma monetária de 1948 na Alemanha. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 20, n.1, p. 141-160, abril 1990.

Eichengreen, Barry. A Globalização do Capital: Uma História do Sistema Monetário Internacional. 1a edição. São Paulo: Editora 34, 2000

GILPIN, Robert (2001). Global Political Economy. Princeton: Princeton

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. O capitalismo coordenado alemão: do boom pós-guerra à Agenda 2010. Lua Nova, São Paulo, n. 66, p. 23-56, 2006.

HERZOG, Bodo. 60 anos de Economia Social de Mercado: ontem, hoje e o caminho de

amanhã. Sair da crise: Economia Social de Mercado e justiça social, Fundação Konrad Adenauer, Rio de Janeiro, n. 3, p. 19-36, novembro, 2009.

JUDT, Tony. **Pós-Guerra, uma história da Europa desde 1945**. Tradução de José Roberto O'Shea. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2008.

KEOHANE, Robert O. **After hegemony: cooperation and discord in the world political economy**. Nova Jersey: Princeton University Press, 1984.

KNAPP, M.; STOLPER, W.; HUDSON, M. "Journal of Institutional and Theoretical Economics Bd. 137, H. 3., Economic Reconstruction in Europe: The Reintegration of Western Germany", Setembro 1981

KOMP, Lothar. **How Germany financed its postwar reconstruction**. Executive Intelligence Review (EIR), Washington DC, v. 27, n. 41, p. 41-45, 2000. Disponível em: <http://www.larouchepub.com/eiw/public/2000/eirv27n41-20001020/index.html>. Acesso em: 09 set. 2024.

MADDISON A. "Historical Statistics of the World Economy: 1-2008 AD", acessado pela última vez no dia 13/10/2024 pelo endereço:

<www.ggdc.net/maddison/Historical_Statistics/horizontal-file_02-2010.xls>

MASSIERE, Mario Afonso; LIMA, Correa de Moraes. Dos escombros à liderança: A reconstrução alemã no pós-guerra e suas bases econômicas para as décadas seguintes. Dossiê: SimpoRI 2018, v. 7, 2018.

OLIVEIRA, M. **Mapa da cortina de ferro na Europa durante a Guerra Fria**. Disponível em: <<https://www.tudogeo.com.br/2020/07/09/mapa-da-cortina-de-ferro-na-europa-durante-a-guerra-fria/>>.

OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão. Alemanha: a fênix da economia política internacional? Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada, v. 5, n. 8, p. 23-34, jan.-

jun. 2010.

PERILO, B. **Plano Marshall – O que foi, contexto histórico, objetivos e resultados.**

Disponível em: <<https://conhecimentocientifico.r7.com/plano-marshall/>>. Acesso em: 3 set. 2024.

ROLFE, S.; BURTLE, J. O sistema monetário mundial: uma reinterpretação. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione. História econômica geral. São Paulo: Saraiva, 2013.

SARAIVA, J. F. S. História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. 2ª edição. São Paulo: Ed. Saraiva, 2007.

STOLPER, Wolfgang F.; ROSKAMP, Karl W. **Planning a Free Economy: Germany 1945-1960.** Journal of Institutional and Theoretical Economics, Germany, v. 135, n. 3, p. 374-404, 1979.

WERNER, Alice Helga; COMBAT, Flávio Alves. História "viva" e história "objetivada": George F. Kennan e o Plano Marshall. Campinas, SP: História Social, 2007.

WILLOUGHBY, John. **Remaking the conquering heroes: the social and geopolitical impact of the post-war American occupation of Germany.** Nova York: Palgrave, 2001.